



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### **ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE JANEIRO DE 2019 - MANDATO 2017 – 2021 -----**

Aos vinte e oito dias do mês de Janeiro de dois mil e dezanove, reuniu em Sessão Extraordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo seu Presidente, Fernando Rodrigues Louro e suas secretárias; 1ª Secretária - Liliana dos Santos Carapinha, 2ª Secretária - Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: Júlio Manuel Fernandes Pratas, Anabela Feliciano da Costa, Celestino Tomaz Pereira Brasileiro, Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo, Armindo Pinto Batata, Joaquim Luís Rosa do Céu, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, Abel Ferreira Melro Pedro, Carlos Alberto Dias Marques, Maria Filomena Lopes Rúbio, Ana Rita Monteiro Marques.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informou que da Bancada do PS, pediu substituição, a Sr.ª Deputada Ana Margarida Céu, e que não foi substituída até ao momento. -----

Verificou-se ainda a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal: Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, Vice-Presidente Carlos Jorge Duarte Pereira, Vereador João Pedro Costa Arraiolos, Vereador António da Conceição Moreira. -----

Verificou-se a ausência da Sr.ª Vereadora Sónia Sanfona Mendes.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, deu início aos trabalhos às: 20h56m.-----

Questionou se alguém queria inscrever-se no período do público. -----

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve inscrições do público.-----

O Sr. Presidente da Assembleia deu início à ordem do dia, e deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

**ORDEM DO DIA**-----

Ponto 1 - Proposta de Rejeição das Competências Transferidas pelos Decretos - Lei números 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107/2018.-----

Câmara Municipal de Alpiarça-----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto.-----

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que a Proposta apresentada, aponta para a não assunção de novas competências por parte do Município de Alpiarça, ao abrigo do processo de descentralização, ou da transferência de competências, que prevê que os Municípios se possam pronunciar, quer relativamente à assunção de competências para este ano de 2019, quer para o ano de 2020 e, referiu, como é do conhecimento de todos os deputados, que participaram também no processo, a Câmara de Alpiarça, já aprovou de forma genérica a não assunção de competências em Setembro do ano passado, cumprindo o prazo definido na lei-quadro, na Lei 50 de 2018.-----

Referiu, que o entendimento do governo, e inclusive, de elementos de outras forças políticas, nomeadamente do PSD, do PS, do CDS, era de que seria necessário esperar pela publicação dos chamados diplomas sectoriais, os decretos-lei que tinham os dados relativamente à transferência de competências, para que houvesse a pronúncia dos Órgãos Autárquicos. Referiu que o executivo, achou por bem, voltar a discutir, e a votar, os onze diplomas sectoriais já conhecidos, mantendo a coerência relativamente ao sentido de voto anterior. -----

Disse que em Setembro passado, como aliás, os Srs. Deputados se devem lembrar, houve, nesta Assembleia a aprovação por unanimidade, da não assunção de competências, e portanto, agora a proposta do executivo, vai no mesmo sentido, porque, mesmo conhecendo os decreto-lei que habilitam exatamente este processo de transferência de competências, continua a não haver aqui dados fundamentais, para que se possa aceitar novas competências, porque está em falta o fundamental, que é o financiamento destas novas competências. -----

O processo não foi concluído neste âmbito e, neste momento, não há dotação financeira para este processo de transferência de competências. -----

Portanto, os Municípios estão a aceitar algumas das competências, o que estão a fazer é ir às cegas

para o processo, assumindo novas responsabilidades sem terem qualquer garantia de meios adequados para exercerem essas novas responsabilidades. -----

Disse que, desde que há poder local, que o Estado continua muito centralizado, e que é necessário que se avance para um efetivo processo de descentralização do nosso país, mas também, ao mesmo tempo, cumprindo um imperativo constitucional que está definido desde a aprovação da nossa Constituição Democrática de 1976 que é a criação das regiões administrativas, que este executivo julga ser também decisivo para o desenvolvimento do país e para a correção de assimetrias entre as várias regiões. -----

Ora, neste processo de transferências isso não está previsto, mais uma vez a regionalização, fica pelo caminho.-----

Este executivo, também faz o juízo, e aquilo que se pretende, fazer em grande medida, é aligeirar responsabilidades, transferir tarefas e encargos muitas vezes sem ter em conta o verdadeiro sentido e a razão de ser. Ter aqui um amortecedor do descontentamento das populações, perante o reduzido financiamento que todos nós conhecemos, em áreas fundamentais. -----

Referiu que há ainda mais doze diplomas que se prevê que venham a sair brevemente. -----

Assim, solicitou a maior atenção aos Srs. Deputados Municipais para a necessidade de terem o mais alto sentido de responsabilidade no tratamento desta matéria. -----

O Sr. Presidente da assembleia questionou se alguém se queria inscrever neste ponto.-----

Inscreveram-se os Srs. Deputados: Graciete Brito, Armindo Batata, Joaquim Rosa do Céu, Celestino Brasileiro e Abel Pedro. -----

----- A Sr.<sup>a</sup> Deputada Graciete Brito, disse ter feito uma análise, com todo o cuidado que lhe foi possível, da documentação que lhe foi apresentada, embora em termos de organização faça um reparo, há coisas que estão repetidas, andam para trás andam para a frente, e teve alguma dificuldade nesse aspeto. Disse que estava à espera que a posição da autarquia fosse a de votar individualmente, a aceitação dos documentos apresentados. No entanto ficou perplexa com o facto desta votação aparecer em bloco, e que não se pode discutir caso a caso, situação a situação, estas transferências de competência, que são de uma natureza tão diversa. -----

Por outro lado, referiu que ficou até um pouco indignada, a autarquia vem propor a rejeição de decretos que preveem a transferência de competências para as Comunidades Intermunicipais, e que o Sr. Presidente da Câmara teve agora a ocasião de justificar, e dizer que acha que não faz qualquer sentido essa transferência. Chamou a atenção, que o facto de a assembleia hoje aqui

reunida rejeitar alguns destes decretos, inviabiliza a transferência dessas competências para as Comunidades Intermunicipais e que todas as Autarquias que integram as Comunidades venham a não usufruir desses benefícios, e que os decretos são bem claros, desde que haja uma Autarquia que não esteja de acordo, nenhuma outra pode recorrer a esses benefícios. Por exemplo; relativamente ao turismo, se a Comunidade entender apresentar algum projeto no âmbito do turismo não pode, porque a Autarquia de Alpiarça inviabilizou, e se pretender fazer alguma captação de investimento, não pode, porque a Autarquia de Alpiarça inviabilizou. Referiu que acha que isto é uma grande falta de solidariedade e isso deixou-a um pouco indignada.-----

---- O Sr. Deputado Armindo Batata, disse que coloca as mesmas críticas à atitude governativa do Governo que colocou a Câmara, e disse que, embora o texto da proposta da Câmara lhe tenha parecido uma colagem de textos diversos. Disse que, genericamente, estão de acordo com as críticas que a Câmara coloca à legislação produzida pelo Governo, é uma legislação que quanto à bancada do MUDA, perante um assunto de tão grande importância para o país, uma reforma importantíssima, denota alguma falta de empenhamento do Governo, e disse que é tudo uma grande trapalhada, que é a questão dos envelopes financeiros, agora faz-se, legisla-se e depois vê-se, como é que vai ser, voltou a referir que esta era a sua perceção. -----

Referiu, que ficou com a ideia de que há alguma incapacidade para legislar num processo tão importante como é a descentralização do país mais centralizado da Europa. Pareceu-lhe que está tudo a ser feito de uma forma um bocado ligeira, talvez se comece a perceber porque é que perderam as eleições. Talvez seja altura também da extrema-esquerda começar a pensar muito seriamente o que é que fez quando levou o Partido Socialista ao colo para São Bento, talvez seja boa altura de ver os resultados disso. -----

No entanto, e voltando à questão da descentralização, disse que a bancada do MUDA, teve alguma esperança quando se apercebeu que o Governo tinha assinado uma declaração conjunta sobre a descentralização com o maior partido português, foi uma esperança que nos deu. Que acabou por ser atirada praticamente para a gaveta, para não dizer atirada para outro sítio, portanto, o Governo acabou por não cumprir com o que se tinha comprometido, e nesta data metade das coisas estão por fazer. -----

Entretanto, pediu um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, sobre a questão da regionalização, a questão das subunidades territoriais, fez parte desta declaração conjunta, entre o Governo e o PSD, estava previsto de facto também avançar com o tema das subunidades

territoriais, portanto falhou o Governo, não falhou o maior Partido da oposição que se propôs a isso.-----

Referiu que vão votar pela rejeição de todas as competências, que estão a ser propostas, pela simples razão de que não alinham nesta maneira do "depois vê-se", em parte nenhuma se trabalha assim.-----

Disse que gerir qualquer coisa sem orçamento, pensa ser um artesanato, um artesanato na perspetiva coloquial do termo, pelo respeito que a bancada tem pelos artesãos. -----

Referiu, que gerir estas coisas sem Orçamento à espera de que depois se há-de decidir com uma proposta também um bocado estranha, de que as verbas serão decididas pelos Ministros competentes de cada área. É uma matéria demasiado importante, para que seja um Ministro *per si* a decidir como vai financiar as Autarquias. Referiu, que estamos num país com imensas diferenças de crescimento, e que, isto não pode ser decidido por um Ministro, isto tem de ser decidido por um país, e um país neste caso é a Assembleia da República. -----

---- O Sr. Deputado Joaquim Rosa do Céu, na sua intervenção, disse que leu com alguma atenção o texto enquadrador da proposta assinada pelo Sr. Presidente, embora, o texto não seja do Sr. Presidente, o texto é do Partido Comunista Português é *ipsis verbis* o texto apresentado pelas bancadas do Partido Comunista Português em sucessivas Assembleias Municipais. E disse, que é mesmo assim, é um texto político que se compreende até uma determinada posição e que deixa de se compreender a partir de um determinado ponto como disse a sua camarada Graciete Brito.

No seu entendimento, o poder local é uma das conquistas mais nobres do 25 de Abril e, pressupõe a capacidade de independência dos órgãos que dirigem o poder local, essa capacidade de independência manifesta-se em não seguir forçosamente as orientações emanadas centralmente.

Disse que tem pena que assim não seja, porque acha que o poder local só tinha a ganhar se tivesse capacidade interventiva e dissuasora relativamente a posições centralistas. Referiu que a Lei 50 é suficientemente explícita sobre a transferência de competências, diz que não haverá nenhuma transferência sem ser acompanhada do respetivo envelope financeiro e que não pode haver competências transferidas sem o acordo prévio das autarquias.-----

O montante a transferir resulta do custo que essa competência tem a nível central. Mas reconhece que a pressão exercida pelos cidadãos às autarquias aumenta. E que esse facto deveria ser tido em conta, e contemplar a pressão em consequência da proximidade dos órgão decisores. -----

Como reflexão, questionou o que vai acontecer em 2021, ou será que se espera que até lá esta

posição seja alterada. Diz que não acredita que isso vá acontecer, com o andamento que as coisas estão a ter. Partilha da mesma opinião que a Sr. Deputada Graciete Brito, e disse que valeria a pena discutir ponto a ponto os aspetos que são benéficos para o Município. Diz ter muita pena que não se considere importante as entidades intermunicipais e dos municípios poderem decidir e gerir sobre os projetos da região, a captação de investimentos, o apoio aos bombeiros. Questionou se tudo isso não será muito importante. -----

----- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro, referiu que é a favor da descentralização e disse que está provado que os Municípios pelo facto de estarem mais próximo das populações, conseguem fazer mais com menos. Mas disse que essas transferências têm de ser acompanhada pelos respetivos meios financeiros. -----

Disse, concordar com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, até porque lhe parece que os decretos-lei, que tem à frente, que referem as propostas de competências a transferir para as Autarquias e para as Comunidades Intermunicipais e, no seu entendimento mais parecem uma desresponsabilização do poder central em relação a algumas áreas, do que propriamente uma transferência de competências, e é por isso mesmo, que está contra, essa transferência de competências sem os devidos meios para que, depois as Autarquias possam de uma forma igualitária aplicá-las no seus territórios.-----

Quanto ao facto de eventualmente, os deputados presentes nesta na assembleia de hoje, poderem rejeitar a proposta apresentada pelo Governo e inviabilizarem algumas transferências para as comunidades intermunicipais, disse julgar, não ser de um problema tão grave, porque sempre existiram projetos e apoios na área do turismo e noutras áreas e, sem a aplicação destes projetos irão continuar a haver, pelo que entende, que não vão inviabilizar nada sobre essa matéria.-----

Disse que, vai votar favoravelmente a proposta de rejeição desta competência, exatamente pelas razões que referiu.-----

---- O Sr. Deputado Abel Pedro, disse que até poderia prescindir da sua intervenção depois de ter ouvido as explicações dadas pelos seus camaradas Rosa do Céu e Graciete Brito, de qualquer maneira, disse, continua a pensar que a Assembleia teve aqui uma oportunidade para poderem estudar não num bloco, mas sectorialmente as propostas que estavam apresentadas pelos decretos-lei. Disse, esperar sair desta Assembleia convencido de que a tomada de posição do executivo da Câmara, seja o melhor para Alpiarça, no entanto, ficou com dúvidas e referiu que o

artigo segundo da Lei n.º 50, é clara, nas suas alíneas, principalmente na aliena b) e f), e por isso não percebe porque as pessoas dizem que não há uma bolsa financeira. Lamenta que o executivo tenha feito uma proposta global, já que existem alguns decretos-lei que poderiam ser discutidos nesta Assembleia, e poderíamos concluir que seria mais benéfico, haver uma competência mais ativa por parte da autarquia.-----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às intervenções feitas. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu aos Srs. Deputados e falou, sobre o assunto do processo da descentralização, das competências e das verbas. Referiu que a rejeição das competências não se verifica apenas nos municípios de maior CDU, pois também autarcas do próprio PS, por maioria de razões do PSD e do CDS, e de grupos independentes. Só isso deveria inviabilizar todo o processo. Manifestou apoio às expressões do Deputado Armindo Batata, nomeadamente quando fala em trapalhada. Contesta qualquer acusação de falta de solidariedade. Os autarcas estão a cumprir um dever, ao pronunciarem-se sobre determinada matéria. Se isso não pudesse acontecer, isso sim seria gravíssimo. Temos dado permanentemente exemplos de solidariedade no trabalho que temos feito com outros autarcas de outros municípios. ----- Falou de forma geral, sobre todo o processo que estava a ser discutido na Assembleia, e que já tinha relatado anteriormente. -----

A Associação Nacional de Municípios há já largos anos tem uma base daquilo que deverá ser um processo de descentralização. -----

Por esse país, muitas comunidades intermunicipais ficam impedidas, por esta via, de adquirirem novas competências. E o Governo não pode ter atitudes persecutórias dos municípios que rejeitaram a sua proposta. -----

Conhece muitos autarcas que fazem duras críticas a todo este processo, no entanto irão aceitar algumas das competências. Isso sim, parece-lhe, é incoerência. -----

As verbas a transferir serão manifestamente insuficientes, já que neste momento, a despesa do Estado em algumas áreas é igual a zero ou próximo disso.-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, disse que foi falado que há o envelope financeiro mas, não se sabe bem como é constituído esse envelope, por outro lado também foi dito na Assembleia, que a lei 50, prevê a transferência financeira da verba que neste momento o Estado despense com a respetiva competência. -----

Colocou uma pequena pergunta; a título de exemplo, na questão do património imobiliário, degradado, porque o estado nos últimos cinco anos, fez zero investimento, naquele património, esse património passa para o Município, com que dinheiro, nos termos da Lei 50?-----

O Sr. Presidente da Assembleia, prosseguiu os trabalhos e questionou quem se queria inscrever de novo neste ponto, para poder falar ou acrescentar mais alguma coisa.-----

Na segunda ronda de discussão, falaram os senhores deputados; Graciete Brito, Júlio Pratas e por último o Sr. Presidente da Câmara, que desenvolveram os assuntos falados anteriormente e já discutidos. -----

---- A Sra. Deputada Graciete Brito volta a referir que o facto do Município de Alpiarça rejeitar alguma das transferências para a CIMLT faz que todos os outros municípios sejam prejudicados. ----

----- O Sr. Deputado Júlio Pratas partilha das posições do Sr. Presidente da Câmara. Explica porque os envelopes financeiros, sem se saber os montantes, valem pouco ou nada. Manifestou-se contra a chantagem que o Governo possa fazer. As matérias constantes nos diversos decretos-lei, são matérias importantes, que fique claro, mas sem os dinheiros nunca passarão a ser matérias reais. E a falta de clareza, a trapalhada. Disse que até 2021 muita água vai passar debaixo da ponte.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, para concluir, fez questão de dizer que espera a revogação da Lei 50/18, porque isso é uma possibilidade. Quando as leis não são boas é natural desejar-se o seu fim. Não é benéfica para as Autarquias, nem para o Poder Local. Receia que a transferência para os municípios sem financiamento ou com financiamento reduzido, possa conduzir à privatização de serviços, que até podem não ser aqueles que se espera que sejam. Outro risco é que esse financiamento acabe por ser feito à custa do financiamento de outras competências. Rejeita quaisquer chantagens e penalizações das CIM que não aprovaram as transferências. Acha que isso não é possível. Grande parte do país seria penalizada. -----

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO:** Aprovado por maioria, com 9 votos a favor, 1 do MUDA (PPD/PSD.CDS-PP-MPT) e 8 da CDU (PCP-PEV), e 6 votos contra do PS.-----

Fizeram declaração de voto os deputados; Graciete Brito, Armindo Batata, Abel Pedro, Joaquim Rosa do Céu.-----

---- Declaração de voto da Senhora Deputada Maria Graciete de Brito (PS): *“Votei contra esta proposta em virtude da votação do decretos-lei não ser proposta caso a caso e por considerar que a votação contra a transferência de competências para as Comunidades Intermunicipais irá*



*inviabilizar a possibilidade de outros municípios virem a usufruir das mesmas.”*-----

----- Declaração de voto do Senhor Deputado Armindo Batata (MUDA) (PPD/PSD.CDS-PP-MPT):  
*“Votei pela rejeição da transferência de competências, votando portanto a favor da proposta apresentada pela Câmara Municipal de Alpiarça porque o governo não cumpriu atempadamente com o que se comprometeu com o PSD, partido integrante do nosso movimento, resultando daí que as autarquias não sabem efetivamente como serão financiadas as competências que viessem a receber e mesmo se seriam financiadas.”*-----

----- Declaração de voto do Senhor Deputado Abel Pedro (PS): *“Votei contra esta proposta em virtude da votação do decretos-lei ter sido proposta em bloco e não ter sido proposta caso a caso e por considerar que nalguns casos poderiam já assumir algumas responsabilidades.”*-----

----- Declaração de voto do Senhor Deputado Joaquim Rosa Do Céu (PS): *“Votei contra a proposta apresentada nesta Assembleia Municipal porque, na minha opinião, deveria ter sido realizada de uma outra forma, deveria ter sido apresentada de forma seccionada, decreto a decreto, para apurarmos a justeza ou injustiça de cada um dos decretos e não uma posição apriorística, relativamente a uma matéria tão sensível e para a qual importava ter aqui uma atitude de muito rigor, que não se verificou. Aliás esse rigor verificar-se-ia pelo contrário se a própria organização desta convocatória da ordem de trabalhos tivesse sido feita dessa forma. O que está aqui hoje em discussão não é a Lei 50. É evidente que há um conjunto e um pacote de decretos muito específicos, cada um com a sua identidade e com uma história e o que nós deveríamos ter aqui era uma ordem de trabalhos com cada um dos pontos para apreciação dos decretos em causa.”*-----

**PERÍODO DO PÚBLICO:** Não houve intervenções do público.-----

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à primeira secretária, Sr<sup>a</sup> Deputada Liliana Carapinha, para ler a minuta da ata.-----

Assim, nos termos da lei, nada mais havendo a tratar, esta minuta foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, às 22h20m da qual e para constar, se lavrou a presente minuta da ata e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal.-----

Presidente Assembleia Municipal, Fernando Louro

1ª Secretária, Liliana dos Santos Carapinha

---

2ª Secretária, Fernanda Garnel

---

Alpiarça, 28 de Janeiro de 2019-----